

Relações de Gênero e Formação Profissional no Brasil

Tânia Guerra

RESUMO

Reflexão sobre o papel da escola na vida das mulheres e a busca do entendimento do tratamento dispensado à Educação, pelo poder público, visto a partir da ótica das relações de gênero. Necessidade de contemplar estas reflexões na construção das políticas públicas.

Na direção nacional do SINASEFE iniciei um estudo sobre a evolução da presença da mulher nas escolas técnicas e agrotécnicas, bem como na atividade sindical destas escolas. Procurei entender dois aspectos: o papel da escola na formação das mulheres: se emancipador e instrumentalizador da busca e conquista da cidadania ou se reprodutor da ideologia vigente, mantenedor das diferenças e desigualdades do papel exercido pela mulher.

Um outro aspecto foi procurar entender o descaso com que os governos tratam a Educação: não pode ser falta de recurso sempre; não pode ser falta de entendimento da importância da Educação na formação da Nação. Quem sabe o fato de serem os trabalhadores da Educação 86% mulheres faz com que o mundo masculino (autoridades e governantes) olhe a educação como pertencendo ao mundo feminino e portanto deve ser desqualificada? Quem sabe a divisão sexual do trabalho justifica o descaso sistemático com a Educação?

Nos primórdios da civilização, a reprodução da espécie dava à mulher o papel dominante. Esta situação mudou no momento em que o alimento se tornou escasso e a força masculina foi indispensável adquirir os produtos, enfrentando perigos quando em contato com os animais, a floresta, etc... Desde então a discriminação sempre se fez presente. Nas relações de gênero predominou sempre o mundo masculino. Hoje, alguns avanços ainda não são suficientes para tornar equânime os níveis de prestígio social e político de ambos os sexos.

Obviamente, as mudanças e/ou avanços têm sido fundamentais na reordenação de nossa sociedade onde as relações de gênero sem dúvida povoam com grande influência todos os caminhos construídos no cotidiano da sociedade em qualquer setor de atividade política, econômica ou social. No início do século XX o argumento biológico foi substituído pela ideologização dos papéis: no mundo político quem é criativo, lógico, organizado e inte-

ligente: o homem. No mundo privado, quem tem sensibilidade, poder de interiorização, conciliação e tendências artísticas: as dóceis mulheres.

A educação no Brasil, como em relação a outros aspectos de composição da sociedade, reproduz e reflete a ideologia dominante colocando a escola a serviço da concepção culturalmente aceita. No momento de construir uma proposta político-pedagógica de educação para o país, é necessária a presença de estudiosos das relações de gênero para mudar esta concepção de escola reprodutora do modelo vigente. Também no momento de discutir a reorganização de nossos sindicatos se faz necessário contemplar esta nova exigência.

Foi a partir da Constituição de 1825 que o país, pela primeira vez, tratou formalmente, através de sua legislação, da educação feminina. O primeiro espaço onde o Estado, institucionalmente, reconheceu a formação profissional para as mulheres foi o "magistério para a formação de moças". Junto veio o primeiro tratamento diferenciado entre homens e mulheres com significativo desnivelamento salarial, uma vez que "as moças" não necessitavam de geometria, disciplina esta que dava aos professores uma gratificação salarial.

A Lei Orgânica do magistério, em 1946, torna visível a preocupação do estado com a formação do professor e com a entrada das mulheres no espaço público.

Em vários estados, uma influência muito forte foi a orientação das ordens religiosas na formação feminina. Não era permitida a reunião dos dois sexos em um mesmo espaço físico, o que nos leva a pesquisar sobre o período e a forma como as Escolas Técnicas, ligadas aos vários setores da economia, passaram a receber alunas e se isto levou a alguma modificação curricular. Neste período, algumas iniciativas e manifestações de criatividade o sistema não conseguiu impedir: no Rio Grande do Sul, os primeiros livros publicados sobre a poesia e ficção foram de autoria

de mulheres (embora pertencentes a ala mais conservadora do pensamento da época). No interior do Rio Grande do Sul, foi fundada por uma mulher a primeira escola pública e gratuita noturna para adultos.

Um aspecto da maior importância a ser observado, estudando a educação profissional, está diretamente ligado a divisão sexual do trabalho ou as relações do gênero no mundo do trabalho. Aliás, a educação como um todo reflete esta divisão à partir do tratamento historicamente dado à formação de profissionais da área, de suas carreiras e salários, como já foi mencionado.

Entre os períodos de 1970 e 1980, observou-se um crescimento acentuado da presença das mulheres no mercado de trabalho. Segundo dados do IBGE, hoje, 41,4% do PEA é composta por mulheres. Dados de 1988 revelam que, embora a mão de obra feminina tenha um nível de escolaridade mais alto, os salários são inferiores. À primeira vista, observamos que houve um aumento da presença feminina no mundo do trabalho. Aprofundando, encontramos pontos que merecem uma reflexão: a) a flutuação conforme a faixa etária; b) a terceirização do trabalho feminino; c) o contrato de tempo parcial; d) incidência do número de subocupações; e) negação dos direitos trabalhistas e outros do mesmo porte que refletem o desprestígio político e social ainda vigente.

Ao estudar as relações de gênero, na política de educação profissional, além do item mercado de trabalho, faz-se presente, também, o papel político das mulheres na sociedade. Preocupações desta ordem já chegaram aos sindicatos, tradicionalmente machistas. Hoje os sindicatos que possuem maior número de mulheres na direção são aqueles ligados à educação. Por exemplo, os sindicatos patronais, a ABL, a OAB têm 0% de mulheres na liderança; os sindicatos rurais têm 6,6% de mulheres na direção e 78% na base.

Meu estudo sobre a presença da mulher nas escolas técnicas e agrotécnicas precisa da participação dos companheiros. Quero contar com a observação feita em cada escola onde temos uma Ssind, bem como a evolução da presença da mulher em cada direção local do sindicato.

Hoje quase todas as universidades brasileiras já têm seu núcleo de pesquisa feminina. Só na USP, no biênio 90/91, foram apresentadas 98 teses de mestrado, doutorado e livre-docência sobre a mulher.

A CUT, no V CONCURTO (1992), aprovou a adoção do sistema de cotas na participação de ambos os sexos em todas as suas instâncias de organização, a exemplo do que ocorre em outros países como Bélgica, Itália, Noruega e Austrália.

Este trabalho pretende aprofundar o estudo, o debate e a reflexão sobre políticas públicas para a educação profissional e as relações de gênero, a partir de estudos específicos da participação da mulher na rede federal de Educação Profissional de Ensino Médio.

Hoje com 51,9% da população brasileira composta de mulheres, não se pode aceitar a formulação de políticas públicas (educação, habitação, saúde, etc...) sem a preocupação com as questões relativas a esta maioria da população.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Neuma - Mujeres y Crisis
 COSTA, M. L. - Mulheres de Fato - CUT, dezembro 93
 DIAS, M. O. - O Mito da Dona Ausente - Cotidiano e Poder
 FERNANDES, Emilia - Publicações sobre o mandato da Senadora Emilia Fernandes - 1995/96
 LASSANCE, M. C. P. - A Construção de Gênero e a Formação da Identidade Profissional em Mulheres - Workshop: O Papel da Mulher no Ensino Tecnológico: O Estado da Arte no Brasil. Curitiba, 1995
 LOURO, Guacira Lopes - Prenda e Antiprendas
 RESOLUÇÕES do V Congresso Nacional da CUT - junho 94
 RESOLUÇÕES da Conferência Operária Independente - Banska, Bystrica, Eslováquia - março 95
 REVISTA de La Internacional de la Educación - marzo 95
 SAFFIOTI, H. - A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade. Petrópolis, Vozes - 1979.
 VEJA Especial - Mulher: A Grande Mudança no Brasil - agosto/setembro 94.